



**Mônica Luiza de Medeiros Kreter**

**Conflitos interfamiliares de guarda e o princípio  
do melhor interesse: uma associação possível**

**Dissertação de Mestrado**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio.

Orientador: Prof.<sup>a</sup> Sueli Bullhões da Silva

Rio de Janeiro  
Agosto de 2007



**Mônica Luiza de Medeiros Kreter**

**Conflitos interfamiliares de guarda e o princípio  
do melhor interesse: uma associação possível**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social do Departamento de Serviço Social do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

**Prof.<sup>a</sup> Sueli Bulhões da Silva**

Orientadora

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

**Prof.<sup>a</sup> Ilda Lopes Rodrigues da Silva**

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

**Prof. Luis Corrêa Lima**

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

**Prof. João Pontes Nogueira**

Vice Decano de Pós-Graduação do  
Centro de Ciências Sociais – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 23 de agosto de 2007

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora, e do orientador.

### **Mônica Luiza de Medeiros Kreter**

Graduou-se em Direito em agosto de 1997 pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC/RJ. Concluiu o Curso de Especialização em Direito Especial da Criança e do Adolescente, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ em 1999. A experiência profissional de Mônica está voltada para o estudo interdisciplinar dos direitos da criança e do adolescente. Neste momento, atua como oficial de justiça junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

#### **Ficha catalográfica**

Kreter , Mônica Luiza de Medeiros

Conflitos interfamiliares de guarda e o princípio do melhor interesse: uma associação possível / Mônica Luiza de Medeiros Kreter ; orientador: Sueli Bulhões da Silva. – 2007.

122 f. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Serviço Social)– Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

Inclui bibliografia

1. Serviço social – Teses. 2. Princípio do melhor interesse. 3. Tipos de guarda. 4. Conflitos interfamiliares. 5. Crianças e adolescentes. I. Silva, Sueli Bulhões da. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Serviço Social. III. Título.

CDD: 361

Aos meus pais, meus irmãos, Emanuel, meus amigos  
e todos aqueles que souberam entender  
a importância da superação dessa etapa da minha vida  
e os percalços a ela inerentes.

## Agradecimentos

À minha orientadora Professora Sueli Bulhões da Silva, pela empenhada orientação e incansáveis correções, imprescindíveis à conclusão deste trabalho.

Aos professores que participaram da Comissão Examinadora pelas contribuições oferecidas.

Ao Departamento de Serviço Social da PUC/RJ pela ousadia e pioneirismo em enveredar pela seara interdisciplinar e aceitar profissionais de outras áreas.

A todos os membros do Escritório Modelo de Advocacia da PUC/RJ pelo oferecimento constante de apoio no momento mais crítico: a realização da pesquisa de campo.

À Inês Rocumback e Denise Pupo, professoras de Direito de Família do Escritório Modelo da PUC/RJ e amigas queridas que tão gentilmente me forneceram o acesso ao material de pesquisa.

À Maria Lúcia pela constante “escuta” e compreensão.

Aos meus colegas do Mestrado pelo intercâmbio de conhecimento, vivências e afeto.

À Luciléia pelo apoio em todos os momentos !

## Resumo

Kreter, Mônica Luiza de Medeiros; Silva, Sueli Bulhões da. **Conflitos interfamiliares de guarda e o princípio do melhor interesse: uma associação possível**. Rio de Janeiro, 2007. 122p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A presente dissertação traz uma reflexão sobre a aplicação do princípio do melhor interesse nos conflitos interfamiliares de guarda, buscando a sua origem e levantando alguns critérios que possam nortear a sua utilização, uma vez que não há um conceito expresso na legislação. Nosso objetivo foi verificar se o princípio acima mencionado estava ou não sendo considerado nas decisões judiciais oriundas das disputas de guarda entre os genitores, após o divórcio ou a separação. Para efetivá-lo, desenvolvemos um estudo qualitativo de tipo exploratório junto ao Núcleo de Prática Jurídica da PUC/RJ, procedendo à análise de catorze processos de guarda identificados no período de 1997 a junho de 2007. A leitura e análise dos processos evidenciaram que o princípio do melhor interesse ainda não é totalmente considerado pelos operadores do Direito. Nos processos em que há atuação da equipe técnica (assistentes sociais e psicólogos) pode-se perceber uma conduta que explicitamente coloca a criança/adolescente como personagem principal do processo (prioridade absoluta), ouvindo-os sempre (proteção integral) e averiguando de que forma seriam melhor atendidos (melhor interesse). A conduta de juízes e promotores, por outro lado, não se afigurou, nos processos analisados, como algo que demonstrasse a preocupação com a aplicação do princípio do melhor interesse, mas ao contrário a ênfase era no encerramento dos mesmos a partir de um acordo elaborado apenas com os genitores, desconsiderando as peculiaridades do litígio e em especial o bem estar das crianças e adolescentes envolvidos.

## Palavras-chave

Princípio do melhor interesse, tipos de guarda, conflitos interfamiliares, crianças e adolescentes.

## Abstract

Kreter, Mônica Luiza de Medeiros; Silva, Sueli Bulhões da (Advisor). **Interfamilial custody conflicts and the best interest of the child: a possible association.** Rio de Janeiro, 2007. 122p. MSc. Dissertation - Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The present dissertation brings a reflection on the application of the principle of the best interest of the child in the interfamilial conflicts of custody, searching its origin and raising some criteria that can guide its use, once there is not an express concept in the legislation. Our main goal was to verify if the referred principle was being considered or not in the decisions of the disputes of guard between the genitors, after the divorce or the separation. In order to accomplish it, we developed a qualitative and exploratory study at the Núcleo de Prática Jurídica of the PUC/RJ, in which fourteen proceedings of custody in the period of 1997 until June of 2007 were analyzed. The analysis of these proceedings showed that the principle of the best interest of the child is not yet taken into consideration by some of the Law workers. The proceedings in which the social workers and psychologists participated we noticed that the adolescent/child were seen as the main characters (absolute priority) so they always got the chance to express their opinions (full protection) and therefore offered the means to point out the most suitable way to solve the cases (best interest). On the other hand, the judges and prosecutors of the analyzed proceedings did not seem to be concerned about the principle of the best interest of the child, their greatest concern was to put an end to the lawsuits making a deal with the parents, disregarding the details of the conflicts and the well being of the children and adolescents involved.

## Keywords

The best interest of the child, types of custody, interfamilial conflicts, child and adolescents.

## Sumário

1- Introdução	09
2- Princípio do Melhor Interesse	15
2.1 - O Princípio do Melhor Interesse propriamente dito	19
2.2 - O ECA e a Convenção Internacional dos Direitos da Criança	25
2.3 - O melhor interesse nas decisões de guarda e o seu uso arbitrário	29
2.4 - Critérios para a preservação do melhor interesse nas decisões de guarda no direito norte-americano	33
3 – A família e suas relações: aspectos jurídicos	40
3.1 - Evolução legislativa	41
3.2.1 - Família Romana	41
3.2.2 - Família no Código Civil de 1916	42
3.2.3 - A família e a Constituição Federal de 1988	53
3.2.4 – A família e o Código Civil de 2002	58
4- O instituto da guarda: algumas considerações	65
4.1- Guarda unilateral	68
4.2- Guarda Compartilhada	69
5 – O instituto da guarda e o princípio do melhor interesse explorando a prática do Judiciário	75
5.1- Os primeiros passos	75
5.2 - Análise dos processos judiciais de guarda em que o NPJ/ PUC/RJ atuou: o melhor interesse na prática	81
5.3 – Análise comparativa de processos	96
6 - Considerações Finais	112
7- Referências Bibliográficas	119